

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 398

**MIGRAÇÃO:
UMA REVISÃO SOBRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS TEORIAS**

**Mauro Augusto dos Santos
Alisson Flávio Barbieri
José Alberto Magno de Carvalho
Carla Jorge Machado**

Agosto de 2010

Ficha catalográfica

304.8 S237m 2010	<p>Santos, Mauro Augusto dos.</p> <p>Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias / Mauro Augusto dos Santos; Alisson Flávio Barbieri; José Alberto Magno de Carvalho; Carla Jorge Machado. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.</p> <p>18p. (Texto para discussão; 398)</p> <p>1. Migração. 2. Crescimento demográfico. I. Barbieri, Alisson F. II. Carvalho, José Alberto Magno de. III. Machado, Carla Jorge IV. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. V. Título. VI. Série.</p> <p>CDD</p>
------------------------	---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**MIGRAÇÃO:
UMA REVISÃO SOBRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS TEORIAS**

Mauro Augusto dos Santos

Professor do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território – Univale

Alisson Flávio Barbieri

Professor do Departamento de Demografia - UFMG

José Alberto Magno de Carvalho

Professor do Departamento de Demografia - UFMG

Carla Jorge Machado

Professora do Departamento de Demografia - UFMG e do
Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - UFMG

CEDEPLAR/FACE/UFMG

BELO HORIZONTE

2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO: ASPECTOS MICRO	7
TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO: ASPECTOS MACRO	10
CONCLUSÕES	15
BIBLIOGRAFIA	17

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão de algumas das principais abordagens teóricas sobre migração, as quais são subdivididas em dois níveis de análise: micro e macro. Conclui-se que nenhuma teoria, por si só, é capaz de abranger todos os aspectos de um fenômeno complexo e multifacetado como o fenômeno migratório, sendo a combinação de abordagens teóricas a maneira mais eficiente de analisar a migração.

Palavras chave: migração, teorias sobre migração, aspectos macroeconômicos, aspectos microeconômicos

ABSTRACT

This paper presents some of the main theories on migration, which are subdivided into micro-level theories and macro-level theories. As a conclusion, it followed that no theory in itself is able to cover all distinct aspects of a complex phenomenon such as migration. The combination of theoretical approaches is seen as the most efficient way to analyze the migration.

Keywords: migration, migration theories, macro-level theories, micro-level theories

Classificação da JEL: Environment and Development; Environment and Trade; Sustainability; Environmental Accounting; Environmental Equity; Population Growth (Q56)

INTRODUÇÃO

Muito embora haja um grande número de teorias sobre migração, há pouca intercomunicação entre elas. Massey (1990) ressalta que esta fragmentação seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação a quatro dimensões básicas. A primeira dimensão do conflito seria se o tema deve ser estudado de forma sincrônica ou em uma perspectiva histórica – diacrônica. A segunda dimensão seria em relação ao *locus* da ação de migrar. A questão que se coloca é se a migração seria melhor compreendida a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo. A terceira dimensão diz respeito ao nível de análise – indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outra dimensão. Por último, ter-se-ia o impasse em relação à ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração. O resultado desta fragmentação, segundo Massey (1990:4), é que “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”. O autor ressalta a importância de se elaborar uma teoria sobre as migrações que incorporasse, simultaneamente, vários níveis de análise dentro de uma perspectiva processual.

Barbieri (2007:226), analisando a relação entre mobilidade populacional, uso da terra e degradação ambiental, ressalta a escassez de evidências empíricas sobre o tema na literatura e propõe uma abordagem multiescalar no estudo desta relação. Segundo o autor, os fluxos migratórios em áreas de fronteira agrícola seriam explicados

“tanto por fatores relacionados à dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar e motivações ou aspirações pessoais quanto por uma diversidade de fatores contextuais especialmente relacionados à comunidade local, a mudanças estruturais no país, à agenda política (ou geopolítica) e à infraestrutura de transportes e comunicações”.

Outra carência, apontada por Barbieri (2007), nos estudos sobre mobilidade populacional, é a de uma clara definição do termo migração – enquanto mudança permanente de residência – que o diferencie de outras formas de mobilidade temporária.

Brettel & Hollifield (2000) também destacam as várias formas como o tema migração tem sido tratado na literatura científica por antropólogos, historiadores, demógrafos, sociólogos, economistas, cientistas políticos e especialistas em direito. Os autores ressaltam a necessidade de se desenvolverem trabalhos com maior interdisciplinaridade e destacam pontos nos quais as questões e abordagens propostas por cada um destes ramos do conhecimento se aproximam dos outros. Brettel & Hollifield (2000) propõem que sejam construídas “pontes” entre as disciplinas, ressaltando que já existe um bom intercâmbio entre algumas destas, havendo, entretanto, uma necessidade de que algumas disciplinas sejam incorporadas na discussão de temas tratados quase exclusivamente por outras.

Com base nestas constatações, o objetivo deste trabalho é o de apresentar, de forma sucinta, algumas das principais abordagens teóricas que procuram se ater ao fenômeno migração. Essas vertentes teóricas estarão divididas em duas seções. Na próxima seção, têm-se as teorias sobre migração que abordam aspectos micro deste fenômeno, focando a análise no âmbito do indivíduo, da família ou do domicílio. Já a terceira seção tratará das teorias que abordam os aspectos macro da

migração, com ênfase em aspectos conjunturais das regiões de origem e destino do migrante. Esta divisão é simplesmente para fins analíticos, e visa facilitar o trabalho de conexão das diversas correntes teóricas que serão apresentadas.

TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO: ASPECTOS MICRO

Para os teóricos da **Teoria Microeconômica Neoclássica** (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969), os indivíduos são seres racionais, capazes de ordenar hierarquicamente suas preferências e de realizar cálculos racionais relacionados a alternativas, visando maximizar a utilidade de suas escolhas. Tem-se, como pressuposto, que os indivíduos possuem informação perfeita sobre o diferencial de renda entre a sua região e outros lugares. Desta forma, o migrante é um indivíduo racional que decide migrar a partir de um cálculo de custos e benefícios que o leva a ter uma expectativa de retorno positivo – geralmente monetário – obtido com o movimento. Os indivíduos escolherão como destino locais onde, levando em consideração as suas habilidades pessoais, possam ser mais produtivos. No cálculo racional desenvolvido pelo migrante, este levaria em consideração o salário que irá receber e os custos associados ao movimento¹.

Harris e Todaro (1970), em contraste à Teoria Macroeconômica Neoclássica, que pressupõe o pleno emprego, e avançando, também, em relação à Teoria Microeconômica Neoclássica, consideram que os movimentos migratórios são provocados não apenas por diferenças salariais entre duas regiões, mas, também, por diferenças nas taxas de emprego. Deverá existir pelo menos uma destas diferenças para que o movimento migratório ocorra. As migrações ocorreriam até o ponto em que fossem equalizadas as expectativas de renda.

Analisando as teorias econômicas sobre a imigração, Borjas (1989) aponta, como sendo a idéia central destas teorias, a existência de um mercado de migração que, de certa forma, selecionaria os imigrantes para os diversos países receptores. Os países competiriam entre si, por meio de políticas de imigração, com o objetivo de captar o capital humano e físico de potenciais imigrantes. Mudanças nos níveis de atividade econômica teriam impacto no tamanho e na composição dos fluxos migratórios, pois afetariam a “oferta” feita pelos países em concorrência neste mercado. Borjas ressalta que os modelos utilizados para prever a probabilidade de um indivíduo emigrar de seu país revelam algumas características com relação à taxa de emigração que, segundo o próprio autor, não ultrapassam o limite da obviedade, destacando que é tautológica a idéia de que, dado o pressuposto de que os indivíduos são maximizadores de renda, as pessoas tenderiam a migrar de áreas de baixa renda para áreas de alta renda quando os custos deste movimento fossem baixos.

Já o principal pressuposto da **Teoria do Capital Humano**, que tem Gary Becker como um dos seus principais expoentes (Becker, 1993), é o de que os indivíduos avaliam racionalmente os custos e os benefícios de suas várias atividades e hábitos. Desta forma, os investimentos feitos pelo indivíduo em sua educação formal, na sua formação e treinamento profissional e na aquisição de outros conhecimentos serão determinados pela relação entre os benefícios futuros que espera receber por

¹ Os custos financeiros da viagem e de manutenção no local de destino até encontrar emprego; dificuldades de aprendizado de um novo idioma e de adaptação a um novo mercado de trabalho e os custos psicológicos de se romper antigos laços sociais e se estabelecer outros.

estes investimentos e os custos associados aos mesmos (Becker, 1993). O ato de migrar estaria condicionado a este tipo de cálculo racional, que também seria aplicado ao processo de tomada de decisão dentro das famílias – tais como casamento, separação e tamanho da família de (Becker, 1993). No caso específico da educação, Becker considera que os investimentos levariam a um aumento na renda e na produtividade dos indivíduos, pelo fato de proporcionarem a eles conhecimento, habilidades e uma capacidade de analisar e resolver problemas.

Borjas (1989) ressalta a influência de Becker (1993) na forma como o processo de adaptação do imigrante dentro do país receptor é abordado pelas teorias econômicas. Nestes estudos, a renda do imigrante, logo após sua chegada ao país de destino, será provavelmente menor, se comparada à dos nativos, pois aquele não possuirá algumas habilidades necessárias para a sobrevivência no local de destino – como, por exemplo, um bom domínio do idioma local. Com o passar do tempo, os menores rendimentos recebidos pelos imigrantes servem de incentivo para que invistam em capital humano. A decisão de investir em capital humano dependerá da percepção do imigrante sobre o tempo em que permanecerá no país receptor e da expectativa com relação ao tempo gasto para obter algum tipo de retorno do investimento.

O pressuposto básico da teoria proposta pelos **Novos Economistas da Migração do Trabalho** (Stark & Bloom, 1985; Stark & Taylor, 1989; Stark & Taylor, 1991; Taylor, 1986) é o de que a decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados, mas por um conjunto maior de pessoas que estão de alguma forma ligadas. Muda-se o foco da análise, centrada não mais no indivíduo, mas no domicílio ou outra unidade de produção e consumo, culturalmente definida. Stark & Bloom (1985), por exemplo, ressaltam que a decisão de migrar frequentemente é tomada conjuntamente com um grupo de não migrantes, sendo os custos e os retornos divididos de uma forma prevista em um arranjo contratual que irá refletir o poder de barganha das partes envolvidas. Outro ponto destacado é o de que os indivíduos agiriam coletivamente visando não apenas maximizar os ganhos, mas também minimizar os riscos (Taylor, 1986). Os domicílios controlariam os riscos de queda no padrão de vida, diversificando a alocação de seus recursos, incluindo a força de trabalho familiar. Estes autores consideram a existência de um mercado de trabalho imperfeito e afirmam que, mesmo na ausência de diferenças salariais, as migrações continuariam a ocorrer, ao contrário do que preconizam os economistas neoclássicos, pois os domicílios, ou alguns de seus membros, poderiam se mover visando, com isso, minimizar os riscos de queda no padrão de vida.

O conceito de privação relativa é outra contribuição dos novos economistas da migração. Estes teóricos questionam a ideia de que um aumento na renda tenha o mesmo efeito, independentemente do contexto sócio-econômico do domicílio. Os domicílios avaliariam sua situação de privação, tendo como parâmetro certo padrão de distribuição de renda, sendo o sentimento de privação relativa uma função crescente da porcentagem de domicílios com renda superior à do domicílio. Desta forma, a migração representaria uma possibilidade de melhorar a posição relativa do domicílio, dentro do seu grupo de referência. Entretanto, ao migrar, haveria o risco de substituição do grupo de referência por um grupo do local de destino, o que levaria o domicílio a não reduzir o seu sentimento de privação relativa ou, até mesmo, aumentá-lo (Stark & Taylor, 1989). Analisando a relação entre o sentimento de privação relativa e a probabilidade de migrar, Stark & Taylor (1989) concluem que os domicílios tenderão a enviar seus membros para locais onde o retorno potencial do movimento migratório seja

grande o suficiente para que possa alterar a posição relativa do domicílio na escala de distribuição de renda e onde o risco de substituição do grupo de referência seja o menor possível.

Finalmente, há os trabalhos que são caracterizados por utilizarem modelos de análise com maior foco no âmbito da **família e do domicílio**. Em seu trabalho, Mincer (1978) define os laços familiares que são relevantes para a migração, buscando explicar seus efeitos na probabilidade de migrar e nas conseqüentes mudanças nos ganhos dos membros familiares e na integridade da própria família. O autor parte da hipótese inicial de que os ganhos de toda a família, e não de um único indivíduo, são os elementos motivadores dos movimentos migratórios de domicílios inteiros. No caso da migração em família, os ganhos são calculados a partir da diferença entre o somatório dos retornos obtidos por todos os membros e o somatório dos custos que cada um dos membros terá com a migração. Mincer (1978) conclui que as famílias tendem a migrar menos, pois os retornos da migração aumentam menos que os custos. O somatório dos ganhos do casal com a migração deve resultar em um valor positivo, caso contrário esta não ocorrerá. Ocorrendo ou não, porém, ela sempre poderá originar “*tied movers*”, ou seja, a migração ocorre mesmo que para um dos dois o cálculo particular dos ganhos não seja positivo, ou “*tied stayers*”, neste caso a migração não ocorre, mesmo que para um dos dois o cálculo particular dos ganhos seja positivo. Desta forma, a decisão de migrar se transforma em uma fonte de conflito familiar, assim como a escolha do local de destino da migração, pois para cada um dos cônjuges, poderá haver um local onde o seu ganho individual com a migração seja maior. Entretanto, o casal se moverá para um lugar onde o ganho da família com o movimento migratório seja maximizado, o que leva à possibilidade de que um ou até mesmo os dois se tornem “*tied spouses*”.

De Jong et al (1998:155), analisando dados originários de um *survey* realizado em domicílios da Pensilvânia (Estados Unidos), apresentam, como hipótese principal em seu artigo, que “as interações entre os membros familiares na forma de troca de informações sobre o ambiente doméstico, a comunidade e o mercado de trabalho, são a chave para se compreender o processo de tomada da decisão de migrar”. Os autores concluem que membros do domicílio que nunca discutem sobre suas preferências sobre as características de um lar, vizinhança e região, raramente irão migrar.

Harbison (1981) discute os diferentes aspectos da família que podem afetar a migração, entre eles a sua estrutura social e demográfica e suas funções como unidade de subsistência e de socialização, além de grupo social e rede social. Para Harbison (1981:228), a família seria, para a maioria das pessoas, o contexto no qual é tomada a decisão de migrar, ressaltando que a estrutura familiar

“pode incluir não apenas pessoas com laços de parentesco, presentes ou ausentes, mas a natureza das relações entre elas, definidas por direitos e deveres, status relativo e padrões de autoridade. Estas relações estruturais mudam com o ciclo de vida do indivíduo e da família”.

Analisando o impacto da estrutura demográfica da família na decisão de migrar, Harbison (1981) ressalta a utilidade dos modelos *push-pull*, quando combinados com uma abordagem

motivacional da tomada de decisão. Segundo o autor, o tamanho da família pode atuar como “*push factor*”, e seu impacto dependerá do contexto ecológico e sócio-econômico².

A função da família como unidade de subsistência será determinada pelo seu tamanho e qualidade dos recursos, pela tecnologia e outros aspectos do sistema sócio-cultural que afetem a produtividade e, por último, pelo status relativo do indivíduo dentro da família, que leva a diferentes formas de acesso ao total da produção familiar.

Já em sua função como unidade de socialização, a família seria responsável pelo treinamento dos indivíduos em atitudes, valores e responsabilidades, ou seja, ela os orientaria a ter um comportamento culturalmente apropriado ao seu meio social. O papel exercido pelo indivíduo dentro da família seria fundamental na tomada da decisão de migrar. A probabilidade de migrar será maior para os indivíduos que sabem que, ao migrar, não deixarão um papel não preenchido na família e na estrutura social. Entretanto, Harbison (1981) ressalta que a posição relativa do indivíduo dentro da família, assim como o tamanho e a composição da família, além dos componentes motivacionais da migração, irão variar de acordo com os estágios do ciclo de vida.

Harbison (1981:251) também destaca a função da família como grupo e rede social. A família “é frequentemente dispersa geograficamente e a rede social criada pelos parentes em diferentes regiões é um importante componente no processo de tomada da decisão de migrar”. A expectativa de sucesso com o movimento migratório seria aumentada com o recebimento de informações sobre a área de destino, provenientes de membros familiares que tenham migrado anteriormente. A rede social teria, também, um papel fundamental no suporte ao migrante em seu novo ambiente.

TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO: ASPECTOS MACRO

Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) podem ser considerados pioneiros entre os estudos sobre migração. Estes trabalhos ocupam-se de um tema que será recorrente em outras abordagens: a **seletividade dos migrantes**. A preocupação em especificar quais atributos individuais – idade, sexo, educação, atividade profissional, por exemplo – são responsáveis pela seleção positiva dos indivíduos que migram constitui o principal objetivo dos trabalhos desses dois autores.

Em seu trabalho, Ravenstein (1885) procurou enunciar leis gerais que regiam as migrações a partir da análise dos dados dos Censos de 1871 e 1881, na Inglaterra. Para levar a cabo esta tarefa, o autor partiu dos seguintes pressupostos: a) há uma estreita relação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo; b) tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão-de-obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão-de-obra (regiões agrícolas); c) o principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão-de-obra nos grandes centros industriais; d) os migrantes se deslocam

² Outros fatores relacionados à estrutura demográfica da família são apontados por Harbison (1981). A ordem de nascimento e o número de filhos, por exemplo, dependendo do sistema de transmissão de herança, pode determinar quem irá migrar. Homens jovens e solteiros tendem ter menos laços com a comunidade, o que os levaria a ter uma maior probabilidade de migrar. O impacto do número e idade dos filhos também é destacado – a presença de filhos em idade escolar, por exemplo, tenderia a diminuir a probabilidade de migrar.

buscando melhorar a sua situação material. Ravenstein (1885) enumera, então, as suas leis sobre a migração, que, embora tenham sido contestadas – ou melhor elaboradas – por outros teóricos, não deixam de representar um primeiro passo na tentativa de se compreender os elementos motivadores da migração.

O ponto de partida da análise proposta por Lee (1966) são as proposições feitas por Ravenstein (1885). Ao definir a migração, Lee assinala que tal fenômeno sempre implicará a existência de um lugar de origem, um lugar de destino e uma série de obstáculos intervenientes. Qualquer lugar, na perspectiva do migrante, apresentaria fatores positivos (ou de *pull*), capazes de atrair os migrantes; negativos (ou de *push*), responsáveis pela expulsão de migrantes; e neutros. Existiria uma “inércia natural” que, para ser vencida – ou seja, o indivíduo optar pela migração –, necessitaria que o saldo em favor do deslocamento fosse suficientemente forte. Os contatos pessoais e os sistemas de informação aos quais o migrante tem acesso serão de fundamental importância na decisão de migrar. Lee (1966: 112) chama a atenção para o fato de que as migrações são sempre seletivas, sendo que os obstáculos intervenientes serviriam “para peneirar alguns dos débeis e incapazes”. O autor também destaca que a migração tende a ocorrer em certas etapas do ciclo de vida do indivíduo – o que também consiste em um fator de seleção dos migrantes – e que o migrante tende ter características intermediárias entre a população do local de origem e do local de destino.

Já na **Teoria Macroeconômica Neoclássica** (Lewis, 1954; Ranis & Fei, 1961), a migração seria explicada pelas diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho. O mercado de trabalho é considerado o mecanismo primário que induz os movimentos migratórios, sendo que estes não sofreriam efeitos relevantes dos demais mercados. Nas regiões com excesso de oferta de trabalho em relação ao capital, os salários seriam baixos. Já nas regiões com escassez de oferta de trabalhos em relação ao capital, os salários seriam altos. Desta forma, o deslocamento populacional ocorreria de regiões com baixos salários ou excesso de mão-de-obra para regiões com altos salários ou escassez de mão-de-obra. Com a intensificação dos fluxos migratórios, haveria uma queda na oferta de trabalho e os salários subiriam em países carentes de capital e com excesso de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a oferta de trabalho aumentaria e os salários cairiam em países com maior volume de capital e escassez de mão-de-obra. Tendo como pressuposto a existência de um cenário de pleno emprego, os movimentos migratórios levariam a uma situação de equilíbrio, na qual as diferenças salariais iriam refletir apenas os custos financeiros e físicos do deslocamento geográfico. Ou seja, uma vez eliminada a diferença salarial, a migração tenderia a cessar.

As **Teorias do Tipo Histórico-Estruturalistas** examinam as relações e funções que os diversos elementos³ possuem dentro de um dado sistema. Todos os elementos são interdependentes, não sendo possível analisá-los de forma isolada. Exemplos de abordagens histórico-estruturalistas sobre o tema migração são os trabalhos de Germani (1974) e Singer (1976).

Segundo Germani (1974:143), o modelo que for empregado para análise da migração “deve levar em conta não apenas fatores expulsos e atrativos, como também as demais condições sociais, culturais e subjetivas em que tais fatores operam, tanto no que diz respeito ao lugar da residência, como no que diz respeito ao lugar de destino”. O autor vê a migração como um processo de

³ No caso da migração temos, como exemplo destes elementos, o mercado de terras, o mercado de trabalho, o acesso a informação, as características individuais do migrante, etc.

mobilização social. Há a necessidade de informação sobre o local de destino. A partir desta informação, são criadas expectativas melhores que aquelas no local de origem, o que fornece motivação para o indivíduo migrar. Ou seja, não é possível que haja migração se houver isolamento social. A análise da migração deve se dar, então, em três níveis. O primeiro nível seria o ambiental, composto pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino. O segundo nível, o normativo, seria composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados, que forneceriam o referencial dentro do qual os indivíduos conseguiriam perceber e avaliar as suas condições objetivas de existência. O último nível de análise seria o psicossocial, ou seja, devem ser consideradas as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos. Em uma sociedade totalmente integrada, segundo Germani (1974), essas atitudes e expectativas refletiriam o padrão normativo vigente no grupo social, padrão esse que estaria internalizado nos indivíduos.

Para Singer (1976:217) “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. O processo de migração está diretamente associado com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente com o processo de industrialização provocado por este.

O principal motor das migrações seriam as desigualdades regionais. A industrialização levaria à concentração das atividades econômicas, gerando desequilíbrios regionais que, por sua vez, motivariam as migrações. Num paralelo com a teoria de Lee (1966), para Singer (1976) haveria a atuação de fatores de expulsão do migrante, que podem ser de dois tipos: fatores de mudança ou de estagnação. Os fatores de mudança seriam resultantes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, o que levaria a um desemprego estrutural. Já os fatores de estagnação seriam resultantes da incapacidade dos produtores das áreas rurais de elevarem a produtividade da terra e se adequarem aos novos padrões de produção exigidos. O principal fator de atração dos migrantes seria a demanda por força de trabalho nas cidades, sendo que a principal motivação para migrar seriam as oportunidades econômicas, principalmente a possibilidade de uma melhor remuneração. Como principais obstáculos à migração, o autor aponta: a) a baixa qualificação dos migrantes e sua insuficiência de recursos; b) a oferta de trabalho nas cidades que, devido à migração, seria menor que a demanda; c) o fato da demanda por mão-de-obra crescer menos que o produto; e d) a marginalização do migrante, que resultaria na formação de um exército industrial de reserva, que pressionaria os salários dos trabalhadores urbanos.

Há ainda o **Princípio da causalidade cumulativa e o papel exercido pelas redes sociais**. A noção de equilíbrio estável, ou seja, a de que qualquer ação – mudança – em um sistema provocaria uma reação interna que levaria este mesmo sistema a uma nova situação de equilíbrio é criticada por Myrdal (1957), que a considera uma suposição não realista quando se examinam processos sociais. Segundo Myrdal (1957:13), o que estaria errado na noção de equilíbrio estável, quando aplicado à realidade social, seria a “ideia de que um processo social segue em uma direção – embora possa mover-se para ela através de um circuito – para uma posição que, em certo sentido ou outro, pode ser descrita como um estado de equilíbrio entre forças”. Na verdade, o que pode ocorrer é que, ao contrário de provocar a ação de forças contrárias que venham a atuar no sentido de restaurar a situação de equilíbrio perdida, a mudança pode provocar novas mudanças que farão o sistema se movimentar

na mesma direção para a qual foi impelido pela mudança inicial. O resultado é que, devido a esta causalidade circular, os processos sociais tenderiam a se tornarem cumulativos, aumentando gradativamente a sua força.

A partir do princípio proposto por Myrdal (data), vários cientistas sociais têm apontado alguns fatores que explicariam o fato da migração se perpetuar através do tempo. Isso ocorreria em função da ação cumulativa de vários fatores, sendo os principais: a) a distribuição de renda; b) a distribuição de terras; c) a organização da produção agrícola; d) a cultura migratória; e) a distribuição regional do capital humano e f) a rotulação social de alguns tipos de trabalho (Massey et al, 1993).

A migração provocaria o aumento do sentimento de privação relativa dos domicílios. A renda originada das remessas de membros que estão empregados no exterior aumentaria a renda dos domicílios no local de origem do movimento migratório. Isso provocaria um desequilíbrio na distribuição de renda local, aumentando o sentimento de privação relativa dos domicílios mais pobres – e que não têm membros que emigraram –, o que estimularia mais movimentos emigratórios (Stark & Taylor, 1991).

Com relação à distribuição de terras, os autores apontam o fato de que grandes quantidades de terras podem ser compradas por grupos estrangeiros ou externos, somente para investimento, levando a uma queda na demanda por mão-de-obra e, com isso, estimulando a emigração. A organização da produção agrícola também estaria associada aos movimentos emigratórios, no sentido de que os domicílios com emigrantes teriam maior renda e maior acesso a crédito, o que possibilitaria a utilização de métodos mais intensivos de cultivo e menor quantidade de mão-de-obra empregada, novamente estimulando a emigração.

O surgimento de uma cultura migratória, resultante do contato com a estrutura social e econômica das regiões escolhidas como destino, levaria os migrantes a mudarem seus hábitos de consumo e a adquirir estilos de vida não encontrados nos locais de origem. Com o tempo, a emigração passaria a fazer parte dos valores da comunidade e, para alguns jovens, se tornaria um ritual de passagem.

Com relação à distribuição regional do capital humano, como a migração é um processo seletivo, o fluxo migratório provocaria a depreciação de capital humano nas regiões de origem dos fluxos e sua acumulação nos locais de destino. A depreciação de capital humano nas regiões de origem contribui para a estagnação destas regiões, o que estimularia a emigração.

Por último, há a rotulação social de alguns tipos de trabalho, que passam e ser considerados como “sendo de imigrantes”. Como a população local não estaria disposta a ocupar estes postos de trabalho, isso contribuiria para o aumento da demanda por imigrantes.

O papel das redes sociais tem sido destacado por vários autores (Harbison, 1981; Massey, 1990; Massey et al, 1987; Massey et al, 1993; Taylor, 1986) e também teria um forte efeito sobre a perpetuação dos movimentos migratórios. Segundo Massey et al (1993:448), a existência de redes migratórias de trabalho aumenta a probabilidade do movimento internacional – o que se aplica também às migrações internas –, pois estas redes “reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam a expectativa de retorno com a migração. As redes migratórias constituiriam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior”. A partir do

momento em que a rede de contatos entre duas regiões atinge um ponto crítico, a migração se torna um processo que se auto-perpetua. O volume dos fluxos migratórios entre duas regiões não estaria, desta forma, fortemente relacionado a diferenças salariais ou de níveis de emprego, mas, sim, ao crescimento das redes sociais de migrantes. O crescimento das redes faz com que os custos e os riscos dos movimentos migratórios caiam gradativamente, até atingirem um ponto em que estes movimentos tornam-se independentes dos fatores que os originaram.

O trabalho de Fawcett (1989) também ressalta o papel das redes de parentesco no processo de perpetuação dos fluxos migratórios. Este autor é um representante da *Teoria dos Sistemas Migratórios*.

A noção básica de sistema migratório é a de “dois ou mais lugares ligados por fluxos e contra-fluxo de pessoas” (Fawcett; 1989:671). O sistema estaria em equilíbrio, sendo que mudanças em alguma de suas partes seriam sempre acompanhadas por ajustes nas demais partes que o constituem. Fawcett (1989) identifica 12 tipos de correlações⁴ que influenciariam estes sistemas, discutindo sua aplicabilidade para o caso da migração internacional. Fawcett levanta algumas hipóteses sobre os diferentes tipos de correlações, sendo que todas reforçam o papel das redes de parentesco. O autor afirma que “as relações familiares têm um persistente impacto na migração, pois políticas, regras e mesmo normas podem mudar, porém, obrigações entre membros familiares são de natureza persistente” (Fawcett, 1989:678). A necessidade de informações válidas e confiáveis sobre os possíveis locais de destino também reforçariam, segundo Fawcett, a importância das redes de parentesco, pois a efetividade da comunicação está muito relacionada com a credibilidade da informação recebida, sendo os membros familiares considerados as mais confiáveis fontes de informação. Além disso, as informações seriam mais bem absorvidas e retidas quando o vocabulário utilizados para transmiti-las são próximos dos utilizados no cotidiano dos indivíduos.

A vertente teórica de **Análises Institucionais** ressalta que, a partir do momento em que a migração internacional começa a acontecer, surgirão várias instituições – privadas, públicas ou assistenciais – que buscarão formas de contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes interessados em entrar em determinados países e o número de imigrantes que esses países estão dispostos a receber, podendo essas instituições atuar de forma legal ou ilegal (Massey et al, 1993).

Piore (1979), com sua Teoria do Mercado Dual de Trabalho, é o pioneiro neste tipo de análise do fenômeno migratório. Segundo Piore, a migração internacional é algo inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos, e seu principal elemento motivador seria a constante demanda pelo trabalho de migrantes nesses países. Em síntese, a migração não seria causada por fatores de expulsão nos países de origem, mas por fatores de atração nos países de destino. Os fluxos migratórios seriam estabelecidos a partir do recrutamento de mão-de-obra nos países em desenvolvimento para atender às necessidades dos empregadores dos países desenvolvidos, o que seria feito por instituições privadas ou públicas.

⁴ Estas correlações seriam a combinação de quatro categorias com três tipos de ligações possíveis. As categorias de ligação seriam: ligações entre estados, entre culturas de massa, entre famílias e redes sociais e, por último, entre instituições que atuam como agências migratórias. Por sua vez, os tipos de ligação seriam: ligações do tipo tangível, de caráter regulatório e, por fim, as de caráter relacional (Fawcett, 1989:674).

Guilmoto e Sandron (2001) tratam a migração como uma instituição, explicitando as formas como essa é estabelecida, os seus papéis e a forma como está organizada. Inicialmente, são apresentadas algumas proposições com respeito ao contexto histórico específico dos países em desenvolvimento. Os autores ressaltam que esses países seriam caracterizados pela existência de mercados incompletos e/ou deficientes, ou mesmo pela inexistência de mercados. Neste ambiente, onde as informações são incertas e de alto custo, os indivíduos procurariam antes se prevenirem contra riscos, do que maximizarem suas rendas (Guilmoto e Sandron, 2001).

Para Guilmoto e Sandron (2001), as instituições correspondem a um conjunto de convenções, regras, normas e valores; enfim, a padrões regularizados de interação que seriam conhecidos e praticados pelos indivíduos de uma dada sociedade. O papel das instituições, segundo os autores, seria o de, dentro de contextos marcados pelas incertezas, criar condições para a regulação das transações entre os indivíduos, definindo seus tipos, as suas garantias, e fazendo com que estas se perpetuem. Como a migração, por si só, é uma atividade de risco, tem-se a necessidade de sua institucionalização, ou seja, “a sua transformação em um sistema quase autônomo, com leis e normas, permitindo que indivíduos específicos e organizações se ocupem de seus objetivos” (Guilmoto e Sandron, 2001:144). Os autores destacam que a institucionalização não é o melhor arranjo no sentido de maximização da renda esperada, mas seria uma resposta possível dentro de um contexto específico. Cada forma institucional irá refletir a natureza das trocas, sendo as redes de trabalho as instituições de suporte preferidas.

O grau de estruturação e hierarquização das redes estará diretamente relacionado ao tamanho dos riscos envolvidos na transação. A migração, com o passar do tempo, tenderia a tornar-se independente dos fatores iniciais que a provocaram, tornando-se um processo auto-reforçado e que possuiria uma dinâmica própria. Entretanto, os autores ressaltam que esse processo não tenderia a ser, necessariamente, cumulativo, uma vez que mudanças no contexto social, econômico ou político poderiam afetar o seu funcionamento.

CONCLUSÕES

A revisão teórica neste trabalho seguiu a analogia proposta por Kaa (1996) sobre outra componente demográfica, a fecundidade. A analogia de Kaa (1996), que em sua revisão da literatura abrangeu a transição demográfica e os determinantes da generalizada queda da fecundidade ocorrida na última metade do século XX na maioria dos países em desenvolvimento, consistiu em explicar estes eventos como uma história contada em um tribunal. Segundo o autor, toda história é caracterizada por uma ação central, facilmente identificada, e por um cenário que torna possível que se interprete esta ação. Uma boa história, para um juiz de direito, seria aquela em que todos os elementos do cenário fizessem a ação central parecer plausível, composta por várias sub-narrativas que irão contar partes detalhadas da história mais ampla. Kaa (1996) afirma que as teorias elaboradas, visando explicitar os determinantes da fecundidade que estariam relacionados à sua queda, na segunda metade do século passado, podem ser interpretadas como um conjunto de várias sub-narrativas, de diferentes perspectivas disciplinares e orientações, cuja perspectiva de se chegar a uma única e consolidada

narrativa seria pouco provável⁵. Além de pouco provável de ser alcançada, esta consolidação seria também desnecessária, uma vez que existiriam várias análises situacionais suficientes para a proposição de políticas públicas eficazes.

Objetivou-se neste trabalho apresentar, de forma bastante sucinta, algumas das principais correntes teóricas que tentam abordar o fenômeno migratório. Com base no que foi exposto sobre o tema, nota-se que a conclusão de Kaa (1996) – de que as explicações teóricas para a queda da fecundidade e para transição demográfica representariam “ilhas de conhecimento em um grande arquipélago” – pode ser aplicada às explicações teóricas sobre o fenômeno migratório.

Embora quase todos os trabalhos citados tratem apenas das migrações externas, os conceitos e as estruturas de análises propostas podem também, na maioria dos casos, ser aplicados às migrações internas. Não se crê na possibilidade de construção de uma única teoria sobre migração que venha, de alguma forma, abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos. Toda análise do comportamento humano está sempre condicionada a um contexto específico, espacial e temporal, no qual esse comportamento ocorre. Desta forma, uma abordagem teórica que seja extremamente útil para se compreender a migração de uma região A para uma região B em um tempo específico pode nada explicar – ou explicar pouca coisa – dos movimentos migratórios da região A para uma região C.

Em síntese, o que se pode fazer para entender determinados movimentos migratórios é utilizar todo o arcabouço teórico já produzido que, de certa forma, explique o que está acontecendo dentro do contexto analisado. Para isso, muitas vezes haverá a necessidade de que as estruturas de análise sejam adaptadas e que novos conceitos e tipos de abordagem sejam criados.

⁵ Já na conclusão de seu artigo, o autor afirma que “a revisão da literatura sobre a transição [demográfica] e da literatura sobre os determinantes da fecundidade, mais especificamente, mostra que as diferentes sub-narrativas formam, por assim dizer, ilhas de conhecimento em um grande arquipélago” (Kaa, 1996:430).

BIBLIOGRAFIA

- BARBIERI, A. F. (2007). *Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar*. *Revista Brasileira de Estudos da População*. v. 24, n. 2, jul/dez 2007.
- BECKER, G. S. (1993). *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993, 390 p.
- BORJAS, G. J. (1989). *Economic theory and international migration*. *International Migration Review*. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989, p. 457-485.
- BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (2000). *Introduction*. In: *Migration Theory: Talking Across Disciplines*. BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (editores). New York, Routledge, p.1-26, 239p.
- DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. (1981). *Introduction and Overview*. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*. New York, Pergamon Press, 394 p., p.1-10.
- DE JONG, G. F.; WARLAND, R. H.; ROOT, B. D. (1998). *Family Interaction and Migration Decision Making*. *Research in Rural Sociology and Development*, v. 7, p. 155-167.
- FAWCETT, J. T. (1989). *Networks, Linkages, and Migration Systems*. *International Migration Review*. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989, p. 671-680.
- GERMANI, G. (1974). *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina*. São Paulo, Mestre Jou, 261 p.
- GUILMOTO, C. Z.; SANDRON, F. (2001). *The internal dynamics of migration networks in developing countries*. *Population: an English Selection*, v.13, n. 2, p. 135-164.
- HARBISON, S. F. (1981). *Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making*. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*. New York, Pergamon Press, 394 p., p. 225-251.
- HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. (1970). *Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis*. *The American Economic Review*, v.60, n. 1, p.126-142.
- KAA, D. J. VAN DE (1996). *Anchored narratives: the story and findings of half a century of research into the determinants of fertility*. *Population Studies*, v. 50, n. 3, nov/1996, p. 389-432.
- LEE, E. S. (1966). *Uma teoria sobre a migração*. In: MOURA, H. A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.
- LEWIS, W. A. (1954). *Economic development with unlimited supplies of labour*. *Manchester School*, v. 22, n. 2, maio/1954, p. 139-91.

- MASSEY, D. S. (1990). *Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration*. *Population Index*, v. 56, n. 1, spring/1996, p. 3-26.
- MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; ALARCÓN, R.; DURAND, J.; GONZÁLEZ, H. (1987). *Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 335 p.
- MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. (1993). *Theories of International Migration: a Review and Appraisal*. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, set/1993, p. 431-466.
- MINCER, J. (1978). *Family Migration Decisions*. *The Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, out/1978, p. 749-773.
- MYRDAL, G. (1957). *Rich lands and poor: the road to world prosperity*. New York, Harper & Brothers Publishers, 168 p.
- PIORE, M. (1979). *Birds of passage: Migrant labor in industrial societies*. Cambridge, Cambridge University Press, 240 p.
- RANIS, G.; FEI, J. C. H. (1961). *A Theory of Economic Development*. *The American Economic Review*, v. 51, n. 4, set/1961, p. 533-565.
- RAVENSTEIN, E. G. (1885) *As leis das migrações*. In: MOURA, H. A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88, 722p.
- SINGER, P. (1976). *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado*. In: MOURA, H. A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244, 722p.
- SJAASTAD, L. A. (1962). *The Costs and Returns of Human Migration*. *The Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, out/1962, p. 80-93.
- STARK, O.; BLOOM, D. E. (1985). *The New Economics of Labor Migration*. *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, maio/1985, p. 173-178.
- STARK, O.; TAYLOR, J. E. (1989). *Relative deprivation and international migration*. *Demography*, v. 26, n. 1, fev/1989, p 1-14.
- STARK, O.; TAYLOR, J. E. (1991). *Migration Incentives, Migration Types: The Role of Relative Deprivation*. *The Economic Journal*, v. 101, n. 408, set/1991, p 1163-1178.
- TAYLOR, J. E. (1986). *Differential Migration, Networks, Information and Risks*. In: STARK, O. (volume editor); *Migration, Human Capital and Development*. Greenwich, Connecticut, Jai Press Inc., v. 4, p. 147-171.
- TODARO, M. P. (1969) *A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos*. In: MOURA, H. A. (org.), *Migração interna: textos selecionados*, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p.145-172, 722p.